

CECAP

PLANO DE AÇÃO DOS
GRUPOS TEMÁTICOS

Março/2022 a Março/2023

GT 1

DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Instituto Serzedello Corrêa
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

CONSELHEIROS

1. Carlos Siqueira
2. Cláudia Maria Costin
3. Ima Célia Guimarães Vieira
4. Luiza Helena Trajano
5. Maristela Baioni

Objetivo do PLANO DE AÇÃO

- Uma contribuição do CECAP para avançar na incorporação da perspectiva da temática de mudanças climáticas de forma sistêmica nas fiscalizações do TCU e na atuação governamental

TEMAS PRIORITÁRIOS

- MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AÇÕES DE CONTROLE RELEVANTES QUE PODEM SER RELACIONADAS AO GT

Já realizadas:

- Auditoria operacional para avaliar a efetividade da política de controle do trânsito de produtos florestais (TC 022.424/2007-8);
- Auditoria operacional para avaliar a atuação do Governo Federal frente à mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região da Amazônia Legal (TC 026.099/2008-3);
- Auditoria operacional para averiguar se os governos, ao promover as políticas públicas para a segurança hídrica do Semiárido brasileiro, levam em conta os cenários desenhados para as mudanças climáticas (TC 026.061/2008-6);
- Auditoria operacional para avaliar a atuação do Governo Federal para adaptar a agropecuária aos cenários de mudanças climáticas, tendo em conta que a produção agropecuária pode ser afetada significativamente pelas modificações no clima, com impacto na segurança alimentar e na balança comercial

- brasileira, além do potencial risco de se gerar graves problemas sociais (TC 026.133/2008-7);
- Auditoria operacional para avaliar as ações do Governo Federal destinadas às zonas costeiras, frente à ameaça de elevação do nível dos oceanos em um cenário de mudanças climáticas (TC 026.158/2008-6);
 - Levantamento nos órgãos atuantes na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, visando apresentar um diagnóstico com as principais causas e vulnerabilidades que contribuem para a elevada ocorrência desses incidentes no Brasil, bem como verificar o nível de interação entre os órgãos públicos envolvidos com esse problema (TC 028.459/2010-5);
 - Auditoria operacional para analisar o processo de internalização nas políticas públicas nacionais dos objetivos e compromissos assumidos pelo País em decorrência da Conferência Rio-92, especificamente no âmbito das Convenções sobre Diversidade Biológica, Mudança do Clima e Combate à Desertificação, e da Agenda 21, instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável (TC 034.633/2011-1);
 - Auditoria operacional para analisar as ações governamentais relacionadas à gestão das unidades de conservação de forma a avaliar se existem as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as UCs alcancem os objetivos para os quais foram criadas, identificando fragilidades e oportunidades de melhoria, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas unidades (TC 006.762/2014-0);
 - Levantamento para analisar a forma pela qual está institucionalizada, normatizada e efetivada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (TC 023.678/2015-1);
 - Auditoria para avaliar o planejamento dos investimentos federais em infraestrutura hídrica, com vistas a mitigar as deficiências na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos no território brasileiro (TC 030.005/2017-5);
 - Levantamento das infraestruturas hídricas necessárias para que a oferta de água do PISF forneça o pleno aproveitamento do abastecimento humano ao longo de sua vida útil (até 2025), trazendo o real alcance da população beneficiada com o aumento da oferta hídrica após a conclusão das obras dos eixos Norte e Leste (TC 036.383/2018-0);
 - Auditoria operacional para avaliar as políticas públicas de inserção de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, bem como sobre os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e as diretrizes governamentais estabelecidas acerca da temática (TC 008.692/2018-1);
 - Auditoria operacional para avaliar a gestão das unidades de conservação federais quanto às condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que essas áreas atinjam os seus objetivos (TC 023.646/2018-7);
 - Auditoria operacional com objetivo de avaliar a gestão de segurança das barragens de usos múltiplos sob responsabilidade do Dnocs e da Codevasf (TC 027.119/2018-1);
 - Auditoria operacional para avaliar as ações do Governo Federal voltadas para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, relacionadas à governança da política para a prevenção e controle do desmatamento e às atividades de fiscalização ambiental federal nessa região (TC 038.045/2019-2);
 - Auditoria coordenada internacional no âmbito da Olacefs para avaliação das políticas públicas de inserção de fontes renováveis na matriz elétrica em treze países membros (2019);
 - Auditoria operacional para avaliar a participação das termelétricas na matriz elétrica nacional, considerando sua relevância para o desenvolvimento do setor e segurança energética, incluindo avaliação comparativa quanto à modicidade tarifária e emissão de gases de efeito estufa (TC 015.561/2021-6);
 - Auditoria operacional para avaliar se existem as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as unidades de conservação (UCs) no bioma Amazônia atinjam os objetivos para os quais foram

criadas, identificando gargalos e oportunidades de melhoria, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas áreas protegidas (TC 034.496/2021-2).

Em andamento

- Acompanhamento do Plano Nacional de Segurança Hídrica (TC 036.164/2019-4);
- Auditoria operacional – Biocombustíveis: Avaliação das Políticas Públicas Federais (TC 015.561/2021-6);
- Acompanhamento das ações relativas ao atendimento eletroenergético do SIN diante do cenário hidrológico desfavorável (TC 016.319/2021-4);
- Acompanhamento da regulamentação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico pela ANA e pelo Executivo Federal (TC 025.604/2021-0);
- Auditoria operacional para avaliar as ações do Governo Federal para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial as iniciativas dirigidas a estados e municípios voltadas para a implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos oriundos dos resíduos sólidos urbanos (TC 041.321/2021-9);
- Auditoria operacional para avaliar o processo de planejamento da operação do Setor Elétrico Brasileiro, incluindo premissas utilizadas, modelos computacionais e impactos na segurança de abastecimento e no custo da energia elétrica (TC 003.585/2022-0).

Previstas

- Levantamento para avaliar a situação hidrológica de importantes bacias hidrográficas nacionais decorrentes de mudanças hidrológicas e seu impacto na segurança hídrica;
- Levantamento no Programa Águas Brasileiras, voltado para melhoria da oferta de água por meio da revitalização de bacias;
- Auditoria operacional para avaliar as políticas públicas de eficiência energética no setor elétrico.

projetos ou

AÇÕES PRIORITÁRIAS

(para convite de conselheiros como participantes ou ouvintes)

- Produção de vídeos curtos;
- Oficinas internas;
- Painel de referência para validação da estratégia a ser proposta;
- Exposição sobre o tema no centro cultural do TCU;
- Revista do TCU para a produção de artigos sobre o tema.

Temas específicos para PROPOR ESTUDOS

- Benchmarking para conhecimento de ações realizadas por outras EFS sobre o tema;
- Análise institucional e legal no Brasil e no mundo (o que se está fazendo a respeito);
- Correlação do ODS específico sobre o tema (ODS 13) com os demais ODS;
- Levantamento completo das ações do TCU acerca da temática.

Especialistas de REFERÊNCIA

- José Antônio Marengo (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais);
- Délton Winter de Carvalho (Unisinos);
- Gabriel Wedy (Unisinos);
- Paulo Artaxo (USP);
- Joaquim Levy (Banco Mundial);
- José Goldemberg (USP);
- Mário Veiga Pereira (Consultoria PSR).

Ação	Objetivo	Estratégia de ação	Período	Convidado	Área do TCU responsável
O que?	Para quê?	Como?	Quando	Quem	Quem?
Oficina interna	Colher subsídios internos para a estratégia do GT	Reunião online com os titulares das Coordenações da Segecex e outras unidades relacionadas	27/4/2022	Coordenações da Segecex e outras unidades relacionadas	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Produção de conhecimento	Mapear os trabalhos já existentes no TCU que abordem a temática de mudança climática	Pesquisa nos sistemas de consulta do TCU	Maio/2022	-	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Entrevistas	Colher subsídios de agentes governamentais e especialistas para uma possível estratégia de atuação do TCU acerca do tema	Realização de entrevistas online com entes governamentais relacionados e especialistas sobre o tema	Maio a Junho/2022	Agentes do governo, Relator do Projeto de Lei 1539/2021 e especialistas sobre o tema	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Webinário	Colher subsídios externos acerca de providências para a adaptação da infraestrutura nacional e das políticas sociais frente às mudanças climáticas, de forma a buscar atuação sistêmica do TCU e dos agentes governamentais	Realização de webinário online com a participação de membros do GT e especialistas externos	Julho/2022 (data tentativa 12/7/2022)	Membros do GT, associações civil, entes governamentais, consultorias, cientistas e acadêmicos em geral	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Elaboração de estudos específicos	Análise institucional e legal no Brasil e no mundo (o que os governos e as EFSs estão fazendo acerca do problema) Elaborar documento elencando recomendações do Cecip ao TCU para avançar na abordagem da temática de mudanças climáticas nas ações de controle externo de forma sistêmica	Realização de estudos e coleta de subsídios junto a EFS de outros países e especialistas	Junho a Dezembro/2022	EFS de outros países Especialistas	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta Serint
Painel de Referência Interno	Validação do documento indicando possíveis ações ao TCU	Reunião online com os titulares das Coordenações da Segecex e outras unidades relacionadas	Fevereiro/2023	Membros do GT, Coordenações da Segecex e outras unidades relacionadas	SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Documento final	Entregar o documento final com as recomendações	Validação pelos Membros do GT do documento final	Fevereiro/2023		SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta
Divulgação	Realização de ações que divulguem o trabalho realizado	Realização de ações que divulguem o trabalho realizado tais como: exposição no centro cultural, seminário, webinários, produção de vídeos curtos, elaboração de revista do TCU com artigos acerca do tema, etc	Março-Maio/2023		SeinfraElétrica SecexAgroAmbienta Secom ISC